

A puberdade da sociologia. Comentários a Nicos Mouzelis

António Pedro Dores

Resumo

Numa época de transformação social, para os que entendem a necessidade de transformação da sociologia, a leitura de Mouzelis é uma inspiração. Explica as vantagens da reposição crítica das problemáticas e soluções dos clássicos da sociologia. Incluindo aquelas que ficaram estigmatizadas por histórias passadas, como o estrutural-funcionalismo. Este artigo acrescenta os estudos do positivismo e dos estados-de-espírito. O artigo segue o diagnóstico e as sugestões de remédio propostas em Mouzelis (1995) para a revitalização da teoria social. Reconhece a vantagem de entender de forma mais rigorosa e precisa a diferenciação entre os diferentes níveis sociais – macro, meso e micro – e de incluir nas análises sociais os protagonistas da acção social. Estende o raciocínio à necessidade de estabelecer uma continuidade analítica entre os tempos “normais” e “revolucionários”, propondo conceber a intensidade da acção social como um factor constitutivo da força e fragilidade das instituições.

Palavras-chave

Teoria social, estados de espírito, intensidade da acção, reificação, reducionismo, estigma.

Depois de uma década a trabalhar na conceptualização da noção clássica de estados-de-espírito, as avaliações dos colegas sociólogos do trabalho revelaram: (a) estar o tema fora da agenda e (b) a tentativa de o tratar pode causar mal-estar emocional. Para a procura de entender as causas de tais esquecimentos e repugnâncias, a leitura de Mouzelis (1995) foi esclarecedora: a presunção cognitiva imperialista (reificação) e o efeito de terraplanagem da complexidade social (reducionismo) criticados em Parsons, explica, manteve-se para lá da estigmatização deste autor e da sua obra pela teoria social. Essa estigmatização explica que em vez de se retomar o que há de construtivo no seu trabalho, nomeadamente um lugar de referências teóricas elaboradas à espera de ser sujeito à crítica dos pares, susceptível de constituir matéria-prima para os problemas teóricos a construir e

solucionar, com o tempo e a reflexão colectiva, se tenha tentado ora dismantelar qualquer possibilidade de cientificidade — do lado da teorias pós-modernas — ora voltado a cair nos mesmos erros, escamoteados atrás de jogos semânticos — do lado de Elias, Bourdieu e Giddens.

O trabalho de Mouzelis (1995) apresenta a teoria social encurralada. Emaranhada na repugnância perante o estrutural-funcionalismo (e o positivismo e o biologismo e os estados-de-espírito, acrescentaria eu) atirou fora bebé e água do banho, como quem começa tudo de princípio, sem memória das suas origens. Traça um diagnóstico da situação e aponta alguns remédios, nomeadamente uma clarificação conceptual do que sejam os níveis sociais e os protagonistas da acção social. Dois elementos desenvolvidos na conceptualização de estados-de-espírito, são aqui usados para aplaudir as propostas do autor e lhes acrescentar sugestões de a) relacionamento entre a acção e a estrutura (da intensidade da acção social depende de todo o tempo a instabilidade da estrutura social) e de b) extensão dos níveis sociais para fora do âmbito do campo da sociologia (para cima, com as ciências doutrinárias, e para baixo, com a biologia e ciências de saúde — tema que apresentamos noutro trabalho).

Este artigo faz uma breve apresentação das formulações de Mouzelis, seguindo-se um reparo da importância que os estados de espírito dos sociólogos têm nessa análise. Como se a teoria social se encontrasse presentemente numa crise de crescimento entre a sua infância e a idade adulta, tal como poderia prever Collins (2005):¹ ou os sociólogos serão capazes de ultrapassar a sua puberdade e os desafios neoliberais que questionam de forma veemente a sua utilidade, ou existe o risco da sociologia não ficar com registo na história intelectual futura da humanidade.

Dois réplicas do exercício síntese de Mouzelis revelam como o autor subvalorizou o processo de transformação democrática ocorrido no seu país, a Grécia. Pretexto crítico para introduzir a noção de intensidade da acção social como parte integrante da forma das instituições, cuja solidez ou precariedade depende, pois, do nível adequado de intensidade da acção.

O estigma anti-estrutural-funcionalista

Mouzelis [1995] parte do princípio estar-se a viver uma crise no percurso da teoria social que a trouxe a um beco sem saída. Uma das principais causas da crise, segundo explica, terá sido a megalomania dos principais teóricos (Elias, Bourdieu, Giddens) ao pretenderem resolver, de uma vez por todas, as principais limitações identificadas na sociologia anteriormente dominante, a teoria de Parsons, ao mesmo tempo que aspiravam tomar, cada um deles, reconstruir o lugar dominante sob ataque da efemeridade provocatória dos pós-modernismos na teoria social. O autor mostra como os três teóricos vedeta caíram nas mesmas armadilhas a que Parsons também não resistiu — tácticas e estratégias imperialistas (determinismos escamoteadores da diferenciação de

•
1 Constatou como todas as filosofias registadas definitivamente na história e na memória da humanidade foram capazes de ultrapassar a barreira das seis gerações consecutivas de praticantes, isto é 180 anos mais ou menos.

níveis sociais autónomos entre si e desvalorização dos agentes sociais) ao serviço da ambição de dominar o meio sociológico — embora enredados numa retórica anti-funcionalista adequada às modas desenvolvidas pelas correntes pós-modernas e pós-estruturalistas. Problemáticas exóticas e dispersivas caracterizadoras de muito do trabalho dos sociólogos nas últimas décadas, a que o estado de espírito próprio dos sociólogos vedeta, descrito pelo autor de origem grega, teve o mérito de permitir resgatar o essencial do funcionalismo. A solução útil para a teoria social, diz o autor, é entender os trabalhos dos melhores teóricos da sociologia como continuidade da teoria da estrutura da acção social, enriquecida pelas críticas dos melhores sociólogos, independentemente da procura da verdade que será objecto das aplicações da teoria, mas não da teoria ela própria.

Numa altura de crise civilizacional, evidente sobretudo para os povos do Sul da Europa, cujas vidas estão a ser violentamente degradadas pelas políticas neo-colonialistas da dívida soberana praticada por parceiros da União Europeia, políticas essas orientadas por políticos utilitaristas e socialmente sectários, incomodados com as práticas sociológicas e dispostos a limitá-las ao máximo (alegadamente por falta de empregabilidade dos licenciados, numa época de desemprego massivo sobretudo para os jovens), é muito provável que não apenas a sociedade se transforme, adaptando-se ou reagindo às políticas em curso, mas também a teoria social e a sociologia em geral o façam, quer queiram quer não. Discutir as estratégias de desenvolvimento da sociologia — a sua divisão de trabalho interna, os seus objectos e métodos, as suas relações com as ciências e outras áreas do saber e da universidade — é particularmente pertinente como forma de racionalizar a acção dos sociólogos.

Mouzelis entende ser uma postura correcta perante a necessidade de desenvolver a subdisciplina sociológica, que é a teoria social, estabelecer alguma estabilidade nas referências problemáticas e críticas — fazer como nas ciências naturais: estabelecer problemas duradouros e aguardar pacientemente pela elaboração das melhores soluções, a partir da repetida elaboração-exposição do problema à luz das observações empíricas — e manter uma modéstia que permita trabalhar pormenorizadamente cada detalhe em termos colectivos, isto é, hétero-referenciando-se os autores uns aos outros de forma construtiva e solidária (análise de pontos fortes e pontos fracos) em vez de seguirem modismos e ambições de protagonismo pessoal.

Embora não explique a escolha do trabalho de Talcott Parsons (em vez de Marx, por exemplo, também ele alvo de estigmas no meio sociológico) como merecedor de, em torno dele e das críticas que suscitou, se assentar na construção das problemáticas teóricas a estudar pela teoria social — subdisciplina sociológica em que situa a sua reflexão — uma parte da explicação estará certamente no facto de nenhum dos outros três sociólogos vedetas já citados ter conseguido superar os defeitos teóricos do estrutural-funcionalismo, tendo-se este mantido clandestinamente — para dizer assim — como orientador do grosso da actividade sociológica. E, de facto, uma das ideias mais interessantes do livro em apreço é exactamente a denúncia do ilusionismo retórico praticado por estes vultos para encobrirem, através do uso de uma linguagem (in)apropriada, a matriz estrutural-funcionalista dos seus trabalhos, sem desprimor para o mérito de todos eles. (A dureza e a clareza das críticas, ao contrário do que ocorre, não deve ser tomada pessoalmente, mas como instrumento de aperfeiçoamento colectivo dos teóricos e dos sociólogos em geral. Essa é outra lição a tirar).

A luta contra os estigmas que vigoram como modas nos meios sociológicos, e que fazem de todos os sociólogos anti-positivistas, anti-funcionalistas, anti-estruturalistas, (grande parte anti-marxistas), anti-biologistas, anti-ideologias, etc., tem neste trabalho um corajoso exemplo. “a emergência, com Parsons, da teoria social como uma subdisciplina especializada não é tão desastrosa como as primeiras críticas ao funcionalismo parsoniano nos levam a acreditar” [Mouzelis 1995: 148]. O estudo crítico das teorias bem conhecidas e já muito trabalhadas não deve ser deitado fora, juntamente com os trabalhos que o suscitaram, para que tudo comece de novo e do zero, escreve o autor, referindo-se a um jacobinismo teórico praticado em teoria social associável ao sectarismo e à dispersão de forças que torna inútil, ou menos útil, a teorização sociológica. Tornando-a não apenas desorientada (por exemplo, na medida em que a cientificidade da sociologia não é consensual entre os próprios sociólogos) mas também vulnerável aos ataques externos. Os sucessos das teorias sociais que estiveram na base de terem merecido a atenção dos críticos devem ser ponderados pelas boas sugestões que nos deixaram, e não apenas pelas respectivas fraquezas, nas quais cairemos quase fatalmente se insistirmos em fazer tábua rasa do passado. Esta é a lição oferecida por Mouzelis, tomando o exemplo do anti-estrutural-funcionalismo acríptico vigente.

Além de ideias sobre como organizar os conceitos de forma útil, para aqueles que se interessam pela elaboração das teorias sociais, o autor propõe-nos implicitamente que adotemos um estado de espírito adequado à prossecução do desenvolvimento dessa subdisciplina sociológica. Estado de espírito que poderá ser difundido a partir daí por toda a sociologia – nomeadamente para as outras subdisciplinas mais sectárias ou mais dispersivas, muitas delas girando em torno de personalidades, por sua vez assim organizadas para enfrentar as contingências próprias da organização actual do trabalho científico [cf. Lahir 2012]. Diferente da grandiloquente megalomania da teoria imperial desenvolvida nos anos sessenta e da dispersão performativa pós-moderna dos anos setenta em diante, própria da mobilização dos sociólogos que sentiram ser preferível estar sós do que mal acompanhados – por teorias imperialistas sedutoras mas enganadoras, como Mouzelis explica – a interpretação dos sentidos voluntária ou intencionalmente escamoteados das miríades de neologismos que lutam entre si para serem os escolhidos do momento, por serem performativos, devem ser reduzidos aos seus sentidos úteis (pragmáticos) e assim contribuir para o desenho de uma visão de futuro e de conjunto para o devir da disciplina e da sabedoria. Serão precisas orientações teóricas mais abertas às diferentes necessidades e sensibilidades dos sociólogos activos e às incómodas precisões e críticas dos conceitos, da forma de os mobilizar em sistemas teóricos e também dos estados de espírito organizadores do trabalho *ad-hoc* que continua a ser o melhor trabalho científico, sobretudo em tempo de profundas transformações.

Amadurecer as teorias sociais

Para combater o reducionismo típico das análises interaccionistas Mouzelis insiste na necessidade de voltar a reconhecer, como o fez Parsons, a existência de hierarquias, ou melhor: “tecnologias

sociais” estruturadas observadas na realidade social [Mouzelis 1995: 146-147], apesar de evitadas pelos autores estudados, incluindo os grandes teóricos, segundo mostra. Hierarquias funcionais também entre a subdisciplina teoria social e as outras subdisciplinas sociológicas, como Althusser referiu (Generalidades I, análise de teoria anteriormente produzida, Generalidades II, teoria conceptual própria da actividade da subdisciplina de teorias sociais, e Generalidades III, teoria substantiva aplicada). Para combater tratar como agente intencional entidades sociológicas sem existência biológica, recomenda perguntar persistente e criticamente “quem” é o agente eficiente em cada situação, para evitar reificações características de Parsons.

O desenvolvimento bloqueado da teoria social é, pois, explicado como sendo resultante de uma reacção juvenil edipiana que será necessário ultrapassar no quadro de uma rede de sociabilidades bem demarcada (a subdisciplina teorias sociais) e amadurecida (não sectária, aberta à crítica e à inovação, mas consistente com uma identidade firmada a respeitar), capaz de trazer alguma estabilidade emocional propícia à maturação do carácter dos participantes. “Como repetidamente continuo a salientar, vejo a principal tarefa da teoria social não apenas oferecer edifícios conceptuais completos (*à la* Parsons ou Giddens), mas também quadros transaccionais hipotéticos, flexíveis, abertos, utilizáveis na investigação empírica e comparativa de problemas sociológicos específicos. (...) hoje precisamos urgentemente de teorizações mais tácticas e modestas (...) Por ‘modestas’ (...) entendo (...) a elaboração de um pequeno número de conceitos interrelacionados que (...) sejam úteis para reduzir ‘comunicação distorcida’ e sugiram perguntas empíricas interessantes em áreas de problematização específicas” [Mouzelis 1995: 152].

Trata-se de conduzir posturas de marginalidade (e marginalização) juvenil, susceptíveis às modas pós-modernas, seja na forma anarquizante seja na forma megalómana, a posturas convergentes à missão de valorizar e afirmar a sociologia num mundo em transformação.

Capitalizando o melhor de Generalidades I e oferecendo as melhores condições de trabalho a Generalidades III, aos profissionais da sociologia, como numa linha de montagem intelectual, cabe ao trabalho de Generalidades II, centro das preocupações e do trabalho da subdisciplina do autor, a da teoria social, promover padrões de ambientes sociais propícios ao desenvolvimento. “Por outras palavras, e metaforicamente falando, o que precisamos hoje é de estabelecer uma federação altamente descentralizada, ‘democrática’, ‘dialógica’, que respeite a lógica interna e a dinâmica de cada orientação e tradição teórica, ao mesmo tempo que remove os obstáculos à livre comunicação de ideias e perspectivas entre elas (...) deve parar de se subordinar à tirania das modas intelectuais, da necessidade obsessiva de ‘transcender’ a todo o custo seja o que for que existe hoje em dia” [Mouzelis 1995: 153].

O livro termina com uma aplicação extraordinária das conclusões conceptuais do estudo tomando por objecto de estudo a vida do próprio sociólogo, como se se desnudasse socialmente para vincar o espírito de reconciliação que gostava de ver realizado. Claro que não se trata de uma série de confissões, mas antes a história de uma família grega modesta e de província que conhece um forte sucesso empresarial e acesso à globalização, a quem faltava sobretudo capital cultural. Falta essa que se tornou a razão de viver do autor, a quem a família sempre deu todo o apoio e facilitou a transformação de capital económico em capital cultural.



Há nesta história uma hierarquia patriarcal vincada e sobretudo um protagonista, o próprio autor. O que ajuda a compreender a sua capacidade de descobrir as falhas teóricas identificadas, mas levanta outros problemas interessantes: a) o estatuto da pessoa — seja ela o patriarca ou o seu filho — na teoria social — quem é quem?; b) se a hierarquia social é um dado da natureza humana ou se é algo que um dia possa ser superado pelo desenvolvimento — haverá esperança para o radicalismo igualitário?

Para trabalhar estes problemas usarei o esquema de apresentação do meu próprio percurso social, segundo o modelo de Mouzelis, na esperança de se tornar mais compreensível o ponto de vista particular de onde observo a sociedade e a teoria social.

Aplicação ao caso pessoal

A minha mãe foi herdeira de uma família de africanistas há duas gerações instalada em Lisboa, filha de médica mestiça e de pai branco, empregado de escritório. Herdou sobretudo a saudade das distinções da vida com que foi educada e que acabou abruptamente aos seus 14 anos com o falecimento da mãe. Apaixonados, o contraste de carácter devia ser o principal motivo da atracção entre os meus pais, que casaram por amor, contra os pareceres dos respectivos pais, num acordo firmado entre os dois talvez para satisfazer as duas partes: ela não trabalhava, apesar de ser licenciada, e ele não se intrometeria na vida dos filhos, por ser considerado de modos menos educados pelo sogro.

O meu pai viveu sob a protecção da sua mãe, doméstica, como a maioria das mulheres em Portugal nessa altura, uma vida de divertida irresponsabilidade juvenil machista, contra a vontade de um pai, licenciado e alto funcionário público, descendente de operários e anarquistas, entretanto transformado em apoiante não político do regime fascista no poder. Bancário desde os 18 anos, depois de tirado o quinto ano dos liceus, nessa altura uma qualificação escolar equivalente às actuais licenciaturas, começou de baixo, embora numa profissão das mais valorizadas no país. Com o nascimento dos filhos a vida tornou-se incomportável, mesmo com a ajuda dos avós. E a promessa de a minha mãe não trabalhar foi rompida. Acabou por fazer uma carreira de professora no pós-primário, de que hoje auffera uma reforma.

A ambição educativa estruturada da minha mãe tornou-nos atletas e estudantes durante a juventude, sem preocupações. A minha mãe, ultra-conservadora, aspirava platonicamente à rebeldia — que tanto a atraiu para o meu pai. Interpretei isso como um gosto pela originalidade a que me senti vocacionado e emocionalmente apoiado, embora discretamente. As contradições de carácter e de orientações políticas em casa, entre o meu pai e o meu avô, seu pai, um despreocupado, inconstante e democrata, o outro machista assumido, apoiante do regime fascista por conveniência, moralista cioso dos seus privilégios, tornaram virtualmente a política um assunto tabu. Situação com que a minha mãe e a sua família (uma parte também beneficiária directa do regime) se sentiam à vontade. Ficou-me na memória a surpresa ao ouvir as recomendações da minha avó, teria eu nove anos, para ter cuidado com o que dizia, porque a política era uma actividade perigosa e incómoda.

Como para a maioria da gente da minha geração, a revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974, tinha eu 18 anos, foi uma revelação. A sociedade não apenas existia – como foi evidente pelo facto do regime fascista ter caído sem resistência – como pôde ser dominada por um punhado de gente moralmente miserável² e, a tomar consciência de si, partir à descoberta de novas vidas, numa felicidade colectiva tão mais estranha quanto contrastante com a vida anterior, cinzenta, depressiva e triste. Durão Barroso, tomo o exemplo por ser mais conhecido, era dos mais radicais na manifestação de vontade de um comunismo à chinesa, imposto por um partido a cujos militantes se pedia a contenção sexual para reservar todas as energias para as actividades revolucionárias – prática igualmente seguida noutros partidos revolucionários, nomeadamente como forma dos respectivos dirigentes controlarem as jovens e, então, raras activistas (as raparigas “sérias” não saíam da alçada dos pais, as mulheres precisavam de autorização dos maridos para várias actividades, eram outros tempos).

Tabela 1. Tipo de capital do pai

Tipo de jogo	Economico (A)	Político (G)	Social (I)	Cultural (L)
Micro Aprendizagem Promoção social	C (banca)	D (neutralidade)	B (quinto ano)	C (liberdade juvenil)
Meso Fim de carreira Revolução	B (posto máximo local)	B (contra a cunha)	B (director financeiro)	C (experiência profissional)
Macro Globalização Individualismo	A (globalização)	C-B (ao serviço do dinheiro)	A (analista simbólico)	C (experiência internacional)

No caso do meu pai, tornado gráfico segundo a proposta de Mouzelis, isto é, seguindo o seu processo de *desenvolvimento* desde a juventude até à idade mais madura como uma escalada na capacidade de intervenção social, representada pelos diferentes níveis de espaço/tempo (micro, meso e macro), o processo de *individuação* marcado, por um lado, pela necessidade de permitir à minha mãe trabalhar e, por outro lado, mais tarde, pelo divórcio e abandono da casa e da família (na sequência da inspiração das liberdades revolucionárias a nível conjugal) para servir como director financeiro onde melhor lhe pagassem, e o processo de *institucionalização*, isto é, a sua ruptura

2 Diziam os estudantes activistas que os professores de análise matemática, a disciplina “mais difícil” do curso de engenharia que então frequentava, definiam à partida 10% de notas positivas, independentemente das respostas que os estudantes dessem nos exames. Tomei estas declarações pela vontade revolucionária de denegrir a moral vigente. Vim a confirmar essa imoralidade, após a revolução, pela boca de um professor que confessou publicamente tal prática, que talvez ainda hoje prevaleça. A ideia de meritocracia, tão na moda actualmente, apesar das evidências do desemprego dos mais qualificados, ficou esclarecida para mim nesse momento.

com o sistema de carreira previamente dominante na classe média (abandonou a carreira de bancário cinco anos antes da reforma, que seria aos 50 anos) para aderir ao sistema de construção de currículos actualmente característico da forma de integração laboral dos mais jovens.

A mais de 40 anos de distância, olhando para a admirável determinação sem hesitações dos heróis revolucionários que abriram as mais velhas ditaduras da Europa à democracia, ocorre a pergunta de uma colega norte-americana: como explicar a ressaca letárgica de um povo, como o português, que inspirou no mundo um tão eficaz espírito revolucionário, em 1974/5, promotor de uma vaga democratizadora que varreu o Sul da Europa e da América? “Acordai”, canta-se agora em desesperança pelas ruas de Portugal. E nas mega manifestações. Sem reacção das organizações políticas, de quem o povo contestatário desconfia mas a que está institucionalmente vinculado, apesar das normas e valores sociais estarem a ser degradados, a começar pelas regras de respeito pela democracia, pelos direitos humanos e pelo estado de direito, tudo valores civilizacionais com que o ocidente continua a gostar de se apresentar ao mundo.

A actual sucessão de “depressão” e de “letargia” populares e de “movimentos sociais” inspiradores e mobilizadores, intriga a comunicação social, subordinada à protecção simbólica estratégica do *status quo*. Nas redes sociais, ao contrário, os sinais da necessidade de mudança de rumo são evidentes na mistura de emoções e de ensaios de organização de redes para fins políticos.³ Observando o meu próprio percurso, tal como quando vivi a presença dos meus filhos pequenos revivi ao mesmo tempo os sentimentos experimentados quando era da idade deles, também hoje em dia me acontece voltar à memória os tempos revolucionários que vivi na juventude. Aliás, o mesmo se passa com outras pessoas, a quem a memória dos tempos de Salazar volta a surgir, como Otelo Saraiva de Carvalho, Mário Soares, Vasco Lourenço e outros, que se reportam a esses tempos para entender os que estão agora a viver.

Tabela 2. Tipo de capital

Tipo de jogo	Economico (A)	Político (G)	Social (I)	Cultural (L)
Micro Aprendizagem Promoção social	B (banca)	C (pós-revolução)	B (licenciado)	C (frequência de duas licenciaturas e activismo na revolução)
Meso Estigmatização Reforma universidade	B (investimento universitário e estabilidade profissional)	D (prisões)	B (doutorado em meio reverente mas desconfiado)	B (percepção dos obstáculos e vontade de os ultrapassar)
Macro Debate teórico Crise civilização	B (posição defendida na crise)	D (estigmatização e dissidência)	B (intervenção pública especializada)	B (construção isolada de propostas)

3 Há semelhanças entre aquilo que se sente hoje e aquilo que se sentiu nos idos de 1973/4. Nomeadamente a prolífica produção de anedotas políticas ou envolvendo políticos que brincam com a repugnância socialmente sentida pelas figuras moralmente ridículas e ridicularizadas – para sanidade mental dos ouvintes. Mas também o ambiente conspirativo adoptado por muitos, mesmo aqueles que jamais aceitarão envolver-se em qualquer acção historicamente determinante.

Com 25 anos entrei na banca como programador informático — posição particularmente bem paga (na altura) num sector dos mais bem pagos (na altura) — e inscrevi-me numa licenciatura em sociologia, a cuja conclusão se seguiu de imediato uma carreira universitária, para a qual enveredei com perda de rendimentos e segurança — os meus antigos colegas do banco reformaram-se cedo com regras favoráveis à luz das práticas actuais e alguns deles com segundos empregos. À luz das exigências académicas actuais, os rendimentos propiciados e sobretudo a estabilidade na universidade, as condições dessa minha decisão de investir no capital cultural foram irrecusáveis. E, de facto, permitem-me hoje encarar com algum à-vontade as restrições da austeridade, a menos do descambar autoritário e persecutório que a estas políticas vem associado.

O entusiasmo juvenil dos estudantes e dos professores de sociologia do ISCTE admitia discussões acaloradas nas aulas, eventualmente “contra” os professores, em parte por falta de matéria para dar nas aulas, isto é, por falta de docentes treinados e qualificados — como aconteceu comigo, lançado a dar aulas sem nenhuma orientação (a não ser a que eu próprio inventava) imediatamente após a conclusão da licenciatura — numa instituição acabada de fundar (em 1973) e receosa do “socialismo” com que o regime anterior tinha estigmatizado a sociologia. Organizada a primeira ressaca revolucionária, quando a sociologia proibida pelo regime fascista pôde começar a ser estudada de forma institucional e sistemática, perdido num mar alto universitário informe e em fase de definições — minhas e de todos os outros colegas, mais ou menos da mesma geração — calhou-me o acaso de decidir explorar as prisões como objecto privilegiado para os meus estudos. O que eu fui fazer!?!

As práticas administrativas tradicionais no fascismo de “amigavelmente” corrigir comportamentos politicamente inconvenientes, como descobri ser o meu, mantiveram-se em democracia. E mensagens de que apenas soube por ouvir dizer tornaram-se um “problema institucional”, na expressão de quem me anunciou oficiosamente o assunto na esperança de me orientar na fuga de objecto de estudo tão “perigoso”. Michel Wiewiorka também sentiu a sua carreira em risco, como o confessou publicamente, quando colegas lhe perguntaram de forma oblíqua que interesses servia ele ao interessar-se por estudar a violência. Trata-se de usar a liberdade universitária para assumir uma opção de investigação teórica e empírica por vontade própria ou, em vez disso, condicionada aos programas financiados e às modas conjunturais. E assumir as consequências. Em particular a escassez de oportunidades e de recursos.

Em termos pessoais, o tempo de vida mais favorável foi o de princípio promissor de vida, com altas qualificações, diversas oportunidades de emprego, alguns anos de duplo emprego, pois a anarquia própria das organizações portuguesas e as políticas economicamente anacrónicas praticadas em Portugal depois da entrada na CEE assim o permitiam e incentivavam. Tudo se complicou, uma e outra vez, assim me sentia impellido a tomar posições de princípio — sobre a falta de trabalho no centro de informática em que dezenas de pessoas vegetavam num banco nacionalizado, sobre fumos de corrupção num instituto público. Culminando depois nesta opção “infeliz” pelo estudo sociológico das prisões do lado dos presos.

Com o tempo, algum reconhecimento público do valor do trabalho cívico emergiu, sem que por isso as políticas prisionais tenham alguma vez sido influenciadas pelas posições a que eu aderira.

Em termos universitários, a estigmatização do meu objecto de estudo tornou-se o meu objecto de estudo preferido, com vontade de deixar uma herança científica, consciente de que não seria eu a colher os seus louros em vida. Até que a emergência da transformação social em curso me deu esperança de poder contribuir para uma reorientação da sociologia, de forma a evitar a sua decadência e promover a sua utilidade para os estigmatizados deste mundo. Foi nessa procura que me deparei com o livro de Mouzelis que aqui discuto.

Teoria da relatividade

Mouzelis, como qualquer autor, é marcado pela sua experiência de vida. Saiu do seu país novo e manteve com ele uma relação de intelectual estrangeiro com influência nos média, a partir de uma posição estável numa universidade de grande prestígio global. Beneficiário do regime ditatorial, por via do sucesso social e político do seu pai, que teve a disponibilidade necessária para lhe proporcionar uma vida académica internacional, Mouzelis usou a sua posição para se distanciar do regime. E para se construir solidariamente crítico do regime democrático, beneficiando ainda da distância em que se manteve.

Como se sabe, as teorias são resultado de dados empíricos recolhidos e registados, assim como de dados que poderiam ter sido recolhidos mas não foram registados. Mouzelis refere-se, neste livro, a violências e à teorização da transformação revolucionária das sociedades, mas aí não se detém. Podia ter procurado oferecer o seu entendimento sobre como se vive a experiência de uma revolução democrática, que a Grécia viveu praticamente ao mesmo tempo que Portugal, embora no outro extremo do Mediterrâneo. Por que razão, um dia, sem aviso ou com aviso, dinâmicas de um dinamismo inimaginável no dia anterior se banalizam, naturalizam, e tornam quotidianas, independentemente da vontade das pessoas, tal é a intensidade do fenómeno? Alheia à intervenção individual, a coerção social, de cima para baixo, registada classicamente por Durkheim, torna-se palpável. Inescapável. Insuportável para alguns, que sofreram com tais mudanças ao ponto de fugirem, mudando de país (o que aconteceu a alguns dos que tinham posições sociais e económicas privilegiadas nas ditaduras). Uma festa memorável para a maioria, a quem a coerção social da agitação revolucionária não incomodava mas acomodava. Acomodava a vontade/consciência individual à vontade/consciência colectiva, como diria Durkheim.

A compreensão da violência social, sobretudo em casos de revoluções sem sangue, como foi o caso da revolução dos cravos em Portugal, está na ordem do dia (Holloway, 2003). Com a crise financeira global a degenerar em crise social, em particular no Sul da Europa, a esperança de uma revolução redentora voltou às conversas quotidianas. E com ela o temor de explosões de violência. Temíveis, como todos sabem e reconhecem.

Se fosse preciso sintetizar em duas frases as ideias de Mouzelis expostas neste trabalho dir-se-ia que as estratégias de superação do estigma anti-estrutural-funcionalista em que se empenha

(em boa hora; na condição de se poder tornar persistente e abrangente essa luta contra o sectarismo intelectual que inibe o desenvolvimento das teorias sociais, [cf. Lahir 2012]) passam por duas preocupações: a) contra a reificação das instâncias sociais que substituam as agências efectivas, tão justamente criticada ao funcionalismo, há que perguntar insistentemente “quem?”; b) contra o reducionismo reactivo à teoria do sistema de acção social de Parsons enquadrado pela sigla muito geral de interaccionismo simbólico, incluindo as teorias da escolha racional tão vulgares na economia dominante.

Questão que nos leva directamente ao problema das hierarquias (indispensáveis, concordo, para evitar o reducionismo, isto é, tomar por agentes apenas as pessoas em contexto de interacção face a face a nível quotidiano). A preocupação de Mouzelis, neste campo, foi a de recuperar o bom-senso parsoniano de confirmar a existência persistente de hierarquias sociais, caracterizáveis por relações específicas com espaços-tempo macro, meso e micro. Um desvalido ou trabalhador desqualificado não tem oportunidade de agir fora de um espaço-tempo muito limitado, aquele ao alcance do seu corpo. Um administrador de uma empresa global pode ser responsável por orçamentos maiores do que a maioria dos estados do planeta e, obrigatoriamente, determinar acções coordenadas em vários pontos do mundo ao mesmo tempo. A mesma pessoa, como mostra no seu quadro analítico que reproduzimos para fazer os exercícios acima, conforme deixa de ser criança e passa a adulto ou conforme sai da aldeia para a cidade ou conforme sai de um país periférico para um país central, experimenta durante a sua vida potencialidades de agenciamento muito distintas. Porém, uma tal teorização, se nos faz revalorizar os trabalhos de Parsons, mantém-se aquém das necessidades de explicar as transformações sociais, como a revolução. Na medida em que constata a existência de hierarquias sem permitir a possibilidade de questionar a realidade social sobre a possibilidade de um dia (no passado ou no futuro) elas serem abolidas, como é o desejo de tantos e tantos intelectuais (como aqueles que começam por as abolir nas suas teorizações).

Einstein desvendou para a física, para a ciência e para a cultura universal a ideia da influência da intensidade da acção (a luz) no espaço-tempo, tornando-o como uma folha de papel ao vento. No nosso caso, também as hierarquias sociais, caracterizadas como acesso privilegiado a espaços-tempo (micro, meso e macro), onde circulam sociabilidades e informações diferenciadas e reservadas, separadas burocraticamente, por práticas de classe, por diferentes níveis e formas de literacia, são, como percebeu Mao Zedong, tigres de papel pressionadas pelos diferentes tipos de acção a que os povos se dispõem, quando querem transformar a sociedade.

Para o desenvolvimento das teorias sociais e para combater a esclerose da análise social das transformações, será preciso, pois, acrescentar à consideração analítica da existência de hierarquias, para combater o reducionismo, não apenas a pergunta “quem?”; para combater a reificação funcionalista, mas também estabelecer processos de avaliação das disposições de acção populares, em cada momento, observáveis através da alteração dos conflitos, dos movimentos sociais, da participação cívica, da actividade política e de outros meios a desenvolver.

Os estados-de-espírito

As vantagens teóricas de recuperação de perspectivas analíticas clássicas da sociologia, entretanto abandonadas pelas rotinas dos sociólogos, não se circunscrevem ao trabalho de Parsons. O espírito revolucionário de Marx, a consciência colectiva de Durkheim, o espírito do capitalismo de Max Weber, actualmente codificado pela economia e gestão [cf. Boltansky & Chiapello 1999], estão tão alheados das congeminações da sociologia padronizada actual que a proposta de apresentação e desenvolvimento do conceito de *estados-de-espírito*,⁴ capaz de tratar espírito revolucionário, consciência colectiva ou espírito do capitalismo como modalidades de um mesmo fenómeno social, surge como uma noção desconhecida da sociologia.

Quando verifiquei como os três principais critérios analíticos que mobilizo para a teorização dos estados-de-espírito, a saber, *desenvolvimento, individualização e institucionalização*, são também mobilizados por Nicos Mouzelis (reler quadro “Tipo de capital do pai”), não pude ficar mais satisfeito. Até porque assim posso pôr-me aos seus ombros para dizer que, sim, estou a fazer sociologia, embora contra a sensibilidade de muitos dos sociólogos que têm o poder de escolher para onde vão os poucos recursos disponíveis para desenvolver a sociologia.

É claro que não ignoro como as instituições da ciência social são influenciadas pela acção política. Admito, pois, que quem esteja de acordo em denunciar o estigma teórico Parsons possa não estar disposto a fazer o mesmo com Marx (ou Comte). Mas quero aqui reclamar contra a injustiça evidente de em vez de denunciar toda a estigmatização se denunciar selectivamente processos singulares, ignorando todos os outros.

Quero sobretudo chamar a atenção dos teóricos da sociologia para o facto de a nossa actividade, sobretudo se conseguir atingir a velocidade da luz — o que não é improvável no tempo das auto-estradas electrónicas —, tanto pode ajudar a manter as paredes das instituições, sejam elas prisionais ou fabris, quartéis ou coberturas para abusos de crianças, como as pode tornar transparentes. E a função da ciência é descobrir, e não encobrir. Para Comte, como para Durkheim, a sociologia antecipava um mundo onde os problemas práticos poderiam ser racionalmente resolvidos, independentemente das ideologias e das políticas instaladas em regime (que servem para tornar opacas as instituições) em nome do interesse comum (que tem vantagem quando as instituições são transparentes). Neste aspecto, o positivismo, tão bem sucedido a seu tempo que se transformou na principal força intelectual propulsora das ciências sociais, merece ser revisitado, sobretudo à luz das vontades sociais organizadas e expressas em torno dos movimentos de Indignados e *Occupy* que mudaram o panorama político nos últimos tempos.

Qualquer cidadão do Sul da Europa “sente” actualmente a necessidade de mudanças. Espontaneamente sabe que tem de reorganizar as suas referências existenciais, os seus estados-de-espírito, para enfrentar a transformação das instituições, sujeitas à intensidade da acção dos políticos

•

4 Refiro-me a comentários dos avaliadores das minhas propostas de investigação ou de publicação. Para ter uma ideia do trabalho desenvolvido, ver <http://iscte.pt/~apad/estesp>.

neo-liberais. A teoria social foi incapaz de contribuir para a transparência dos processos sociais em curso.

Segundo Max Weber, à medida que era praticada, adaptada e transformada por empresários bem-sucedidos, a espiritualidade desenvolvida pela ética protestante, difundida, como as religiões medievais, em mancha de óleo, serviu de material social, para organizar a emergência de um sistema capitalista, juntamente com a burocracia estatal, por sua vez construída com base na difusão da racionalidade. O autor clássico contestou assim o determinismo histórico economicista de Marx, estimulante e suporte do espírito revolucionário dos povos europeus do início do século XX.

O efeito do estado-de-espírito popular nas instituições, conhecido no âmbito da teoria do direito moderno como “povo”, a quem a história ocidental conferiu o direito simbólico de ser soberano, em vez dos reis e das igrejas, não é apenas vagamente macro, como a consciência social de Durkheim é por vezes apresentada. Não funciona apenas durante os períodos revolucionários. A solidariedade e a anomia podem medir – não foi o que nos ensinou em *O Suicídio?* – o estado de espírito do povo quando este não se manifesta.

Cada agente social, incluindo cada pessoa individual, por efeito das respectivas disposições, vocações, competências performativas, razões, determinação, resiliência e outras características psicossociais incorporadas ao longo das respectivas existências, num processo evolutivo permanente – que é a experiência de vida – transforma, na proporção das respectivas forças, as instituições e o mundo. Essa é a grande revelação ideológica da modernidade, que cabe também à teoria social recuperar, como enfatiza Mouzelis. Fazê-lo na teoria social implica passar a considerar cada pessoa não apenas como uma força social potencial (para evitar a reificação) mas como uma força permanentemente presente, mesmo na morte,⁵ a que nenhuma sociedade pode escapar, mesmo quando organiza holocaustos.

Referências bibliográficas

- BOLTANSKY, Luc & Ève CHIAPELLO
1999: *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, Paris: Gallimard
- COLLINS, Randall
2005: *Sociologia de las filosofías - Una teoría global del cambio intelectual*, Barcelona: Hacer
- HOLLOWAY, John
2003: *Change the World Without Taking Power - The Meaning of Revolution Today*, Londres: Pluto Press
- LAHIRE, Bernard
2012: *Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*, Paris: Seuil, Couleur des idées
- MOUZELIS, Nicos
1995: *Sociological Theory: What Went Wrong? - diagnosis and remedies*, Londres: Routledge

•
5 Ver como as famílias dos desaparecidos, na Argentina dos generais, tomaram o lugar político e cultural que não era a sua opção pessoal e foi a opção dos seus filhos que morreram chacinados [Robben 2008].

ROBBEN, Antonius C.G.M.

2008: *Pegar donde más duele – violencia política y trauma social en Argentina*, Barcelona: Anthropos

WILKINSON, Richard & Kate PICKETT

2009: *The Spirit Level – why more equal societies almost always do better*, Londres: Penguin

Recebido a: 25/Março/2014

Enviado para avaliação: 3/Julho/2014

Recepção da apreciação: 24 e 29/Agosto/2014

Recepção de elementos adicionais: 2/Dezembro/2014

Aceite para publicação: 15/Dezembro/2014

Title

Puberty of sociology. Comments on Nicos Mouzelis critic

Abstract

Reading Mouzelis is an inspiration for those who understand the transforming process of social theory. It explains the benefits that come with the discussion of classic sociological problems and outcomes. Including those that lost is appeal today, such as structural-functionalism. And, this paper argue, positivism and states of kind.

The paper follows Mouzelis's diagnostic and remedies for revitalization of social theory. Acknowledge the benefit of deepening our understanding of how level differentiation works in social world, as well as social protagonists are built. Normal and revolutionary times need not to become opposed times. Intensity can be included as parameter of analysis in order to understand the strong and weak appearances of institutions.

Key-words

Social theory, state of mind, intensity of action, reification, reductionism, stigma